Acervo ISA

Pastoral da Amazônia

Reunidos em Santarém (PA), em seu IV Encontro Inter-regional, os (arce)bispos da Amazônia legal apro aram um documento sobre as «Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia». Damos o texto original transcrito de «A Voz de Nazaré» de Belém (PA) de 4-6-1972.

A Igreja da Amazônia, representada pelos seus pastores, reunidos em Santarém, sede da mais antiga prelazia do Brasil, manifesta sua crença e sua esperança no futuro desta região, hoje em processo de trepidante transformação.

Mais uma vez afirma os valores humanos e sociais do amazônida, que no quadro de sua própria cultura e vinculado à amplitude da natureza deu sempre provas de simplicidade, de espontaneidade, de fortaleza e de religiosidade.

Nas presente transformações econômicas e sociais da Amazônia, na abertura de novas estradas, na criação de novos núcleos humanos, na propagação dos meios de comunicação social, reconhece fatores que podem conduzir a um futuro enriquecimento e libertação do homem amazônico.

Não se pode, entretanto, deixar de perceber as limitações e perigos que esta realidade apresenta para o homem da Amazônia: antigas e novas marginalizações, estruturas inadequadas, importadas ou opressivas, desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem, violação de direitos básicos, como a posse da terra, injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos, divulgação publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real.

Atendendo a esta realidade amazônica, e com a nova consciência e atitude da Igreja universal, a partir do Vaticano II, e em particular da Igreja latino-americana, a partir de Medellín, e recolhendo a experiência e os anseios das bases, formulados principalmente através dos três encontros anteriores: a Igreja da Amazônia opta por quatro prioridades e por quatro séries de serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: Encarnação na realidade e Evangelização libertadora.

1) *Encarnação na realidade*

a) Essa encarnação vital — seqüência no atual momento da Amazônia, da Encarnação do próprio Cristo — é anterior e subjacente a toda Pastoral como programa ou ação, e supõe uma vontade permanente de conversão ao Verbo Encarnado.

b) Exige um total entrosamento com a realidade do homem e do lugar concretos (centros urbanos ou rurais, novos núcleos humanos, comunidades indígenas, setores marginalizados, áreas de emergência...):

— pelo conhecimento (da reflexão, da pesquisa, do estudo) e

— pela convivência com o povo, na simplicidade e na amizade do dia-a-dia.

c) Estimula o renovado propósito de superar todo paternalismo, todo etnocentrismo que nos enquadra numa cultura ou um grupo, todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida; e estimula uma decidida criatividade pastoral.

d) Reclama um permanente testemunho — livre, por um lado, de todo compromisso que não seja o Evangelho, e por outro lado, realista, corajoso e repleto de esperança; tanto na vida do indivíduo e da comunidade eclesial quanto na palavra e na ação apostólicas.

2) *Evangelização libertadora*

a) Com uma consciente explicitação daquela plena libertação que a Páscoa de Cristo traz ao homem e à história humana, em todas as conjunturas e latitudes.

b) Segundo o espírito e as diretrizes de Medellín e do último Sínodo, atualizados e aplicados à Amazônia.

c) Sem dicotomias. Abrangendo harmonicamente o homem todo e todos os homens, o indivíduo e a sociedade.

d) Uma evangelização — que envolverá progressivamente a catequese e a liturgia — sempre fiel tanto ao Espírito de Jesus e a sua mensagem total quanto aos sinais do lugar e do tempo, das culturas e dos grupos, da natureza e do homem.

e) Uma evangelização que possibilite desde o início a conscientização como pressuposto indispensável para a libertação do homem, porque lhe descobre sua condição de pessoa e de filho de Deus.

f) Em virtude dessa Evangelização libertadora, a Igreja tem direito de se pronunciar perante tudo aquilo que de algum modo atinja à dignidade e à liberdade da pessoa humana.

Formação de agentes de Pastoral

1. Objetivo: Visa-se formar agentes de pastoral, isto é, pessoas que se comprometam total ou parcialmente a trabalhar na pastoral da Igreja, com diversidade de ministérios.

2. Justificativa: O cristão, pelo batismo, tem uma missão a cumprir dentro da comunidade, que consiste em testemunhar a verdade, pregar a boa-nova, viver conforme os dons e a capacidade que recebeu (Hbr 5,1-3).

Povo de Deus significa comunidade de batizados que tem como elemento integrante a liderança.

Urge incentivar e formar pessoas a exercerem essa liderança, com idealismo e perseverança.

CEDI - P. I. D.
DATA 13/05/94
COD JID00122

Acervo ISA

3. Agente de Pastoral: é todo aquele que se engaja total ou parcialmente no trabalho apostólico da Igreja, em funções diversificadas. Por diversificação de ministérios entendemos: diáconos, ministros da Eucaristia e de outros sacramentos, dirigentes de culto e de comunidade.

4. Normas indicativas para a formação de agentes pastorais.

4.1. As normas seguintes destinam-se: 1) aos sacerdotes ministeriais; 2) aos religiosos e religiosas; 3) às lideranças leigas.

4.2. A formação dos agentes deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade. Mais ainda, é do mesmo ambiente que essa liderança deve surgir e, na medida do possível, ser indicada pela comunidade a que pertence.

4.3. Reconhecemos que leigos voluntários, qualificados, de outras regiões podem dar uma contribuição valiosa para o crescimento da Igreja na Amazônia, na medida em que se inserirem na realidade e são solicitados pelas respectivas comunidades para determinadas tarefas.

4.4. Os critérios para o conteúdo e a duração do período de formação devem ser as necessidades locais e os objetivos da pastoral.

4.5. Não se trata apenas de uma preparação teórica do agente de pastoral e sim também de uma formação integral pela ação.

4.6. Como o trabalho comunitário é considerado fundamental para a atuação do agente de pastoral deve-se testá-lo e treiná-lo para o trabalho em equipe.

4.7. Durante o período de sua formação, especialmente quando esta for de nível superior, deverá promover-se um constante intercâmbio entre os candidatos e os agentes que estão trabalhando, para trocar idéias, conhecer e analisar novas experiências, etc.

4.8. Esses candidatos devem estar atentos às necessidades de sua comunidade, voltar de vez em quando a ela a fim de não perder o contato, e aproveitar esses períodos para completar sua formação com pesquisas e testar a sua capacidade como futuros agentes.

4.9. Dever-se-á promover uma espiritualidade evangélica, comprometida e em sintonia com a realidade, tanto nos cursos menores de nível simples como nos cursos superiores.

4.10. Sem querer descer a pormenores a respeito do conteúdo da formação, deve-se conceder especial atenção para as seguintes áreas:

a) Teologia, catequese, Bíblia, liturgia etc.

b) Antropologia, sociologia, desenvolvimento de comunidade, comunidade de base, psicologia, pedagogia e liderança.

4.11. Para a formação integral dos candidatos ao sacerdócio ministerial observe-se o programa formulado pelos Institutos Regionais de Pastoral, dentro das indicações do Episcopado Regional e da Santa Sé.

4.12. Promover-se-á em cada Prelazia, ou em nível Regional ou inter-regional, a reciclagem dos atuais agentes de Pastoral, que pode ser feita através de encontros de espiritualidade, reflexões freqüentes e deverá estar voltada para a evolução teológica, como também para os temas mais atuais e mais interessantes para a pastoral.

Comunidade cristã de base

1. Objetivos: A criação de comunidades cristãs de base tem que ser um dos objetivos primários da Pastoral amazônica. Sabemos que os princípios teológicos e sociológicos para orientar o estabelecimento dessas comunidades são variados e devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar. Medellín nos dá um modelo:

1.1. A «Comunidade cristã de Base» é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. E' ela portanto célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (Medellín 15, 10).

1.2. Nosso objetivo será por conseguinte «fazer da paróquia um conjunto pastoral verificador e unificador das comunidades de Base. Assim a paróquia há de descentralizar sua pastoral quanto a lugares, funções e pessoas» (Medellín 15, 13).

1.3. «Nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter sua raiz e centro na celebração da santíssima Eucaristia, por onde deve ser iniciada toda educação do espírito de comunidade» (Medellín 9, 3).

2. Metas: À luz dessas diretrizes os bispos e sacerdotes da Amazônia procurem transformar o tipo tradicional de Paróquia:

2.1. Nos centros urbanos, de molde a não mais consistir num aglomerado de fiéis sem possibilidade de engajamento na vida eclesial, mas sobretudo na participação de Comunidades ambientais de Base, como fermento no meio da massa. E onde for possível tentando também organizar comunidades territoriais.

2.2. Nas áreas rurais e interioranas, transformando as capelas, de simples ponto de passagem nas «desobrigas sacramentalistas», em centros comunitários que sejam um fermento de organização da própria comunidade para o seu desenvolvimento integral.

2.3. Nas duas áreas urbana e rural, através da descoberta do outro, da integração de mútuos esforços, chegar a uma vivência cristã que seja o fator propulsor do desenvolvimento integral do homem como sujeito de sua promoção.

3. O processo varia de lugar para lugar de acordo com a circunstância situacional da comunidade, respeitando antes de mais nada as lideranças existentes e despertando as mesmas para sua realidade.

Caso existam grupos organizados, estes devem ser fomentados e fortalecidos dentro do próprio contexto, evitando assim o divisionismo.

4. Programas de ação:

4.1. Encontros em nível prelatício sobre Comunidades cristãs de Base, que irão sedimentar encontros regionais para uma conceituação mais amazônica de Comunidades de Base urbanas e rurais.

4.2. Cursos:

4.2.1. Em nível de base: de criatividade comunitária ou de animadores de Comunidades cristãs de Base.

4.2.2. Em nível de coordenação: de desenvolvimento de Comunidade no nível regional e se possível também inter-regional.

4.2.3. Participação de agentes de Pastoral de nível superior e médio nos cursos de desenvolvimento de comunidade e dinâmica de grupo que estão sendo promovidos por diversas entidades.

4.3. Montagem de projetos ou programas de uma ação comunitária em nível diocesano ou prelatício e que os mesmos sejam remetidos à

Acervo ISA

coordenação regional para o acompanhamento e assessoramento.

Pastoral indígena

A Igreja na Amazônia, sem favor algum, tornou-se historicamente a maior responsável pelo índio.

Esta posição é simples conseqüência de sua presença multissecular entre os silvícolas. E' fruto, sobretudo, de sua clara consciência de estar cumprindo missão que lhe vem de Cristo e que a impele em busca, preferentemente, dos agrupamentos mais frágeis, mais reduzidos e mais suscetíveis de esmagamento nos seus valores e no seu destino.

Ao procurar neste IV Encontro de Pastoral da Amazônia identificar os rumos de nossa atividade indigenista que respondessem, de um lado, às necessidades básicas do índio e, do outro, levassem em conta a complexidade da atual conjuntura face a atuação da FUNAI, a presença das missões protestantes e ao avanço das frentes pioneiras, sentimo-nos realmente confortados por uma nova perspectiva que se nos apresentou há pouco.

Trata-se do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) recém-criado em Brasília no IV Encontro de Estudos sobre Pastoral indígena.

Apraz-nos apoiar decididamente este órgão providencial que já está trabalhando eficazmente a serviço do índio e das missões indígenas.

Gostaríamos de assinalar os seguintes pontos que julgamos de capital importância e que já vão em adiantada concretização sob a responsabilidade do CIMI:

1º O Diretório indigenista que deseja ser um ponto de referência e um roteiro bem amplo de nossa pastoral neste campo especializado, fundamentado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, nos princípios pastorais, antropológicos e teológicos.

2º A programação de Cursos de capacitação e reciclagem dos missionários, de conformidade com as opções e possibilidades de cada área de missão.

3º A contribuição ao Projeto de Lei do Estatuto do Índio, visando corrigir falhas, cobrir lacunas e também estimular pistas positivas em relação ao silvícula.

Esta nova perspectiva surgida com a criação do CIMI, por mais alviçareira que seja, não poderia dispensar a nossa co-responsabilidade. Pelo contrário, além do nosso trabalho rotineiro, teremos agora de colaborar com o mesmo Conselho assumindo, em estreita comunhão com seus membros, a parcela de atuação que nos toca não só em prol das atividades acima mas também em prol do que ele precisar solicitar de nós no futuro.

Estradas e outras frentes pioneiras

1. Objetivo: Nesta hora histórica em que a Transamazônica e outras estradas estão empreendendo a integração e desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas de pastoral solicitam nossa atenção e nossas providências.

2. Justificativa: Como a Pastoral deve ser de acordo com o ambiente, consideraremos:

2 1. A realidade.

2.2. A problemática.

2 3. Primeiros contatos.

2.1.1. A medida que se abrem as estradas surgem novos núcleos de colonização; alguns bem organizados nas agrovilas, conforme planejamento preestabelecido; outros vão ocupando os acampamentos abandonados pelas Companhias, enquanto famílias ocupam terras devolutas sem a devida regularização jurídica.

2.1.2. Com a vinda de colonos de procedências diversas entrechocam-se hábitos e costumes, que dificultam a integração da comunidade.

2.2.2. Na organização de Comunidade de Base surgem também incompreensões e desconfianças por parte de outros organismos que atuam na área.

2.2.3. A larga publicidade sobre a Transamazônica atrai também padres, religiosos e leigos que desejam trabalhar pastoralmente neste novo campo de apostolado. Para garantir a eficiência dessa presença, necessário se faz que tais agentes sejam bem preparados, dentro das exigências das necessidades locais.

2.2.4. Cumpre não esquecer que além desse trabalho ao longo das estradas há ainda muitas outras áreas maiores e mais importantes a solicitar a preocupação missionária da Igreja.

2.2.5. Em alguns lugares há falta de observância das leis trabalhistas.

2.2.6. Sente-se a necessidade de uma presença mais efetiva da Igreja em outras frentes pioneiras como por exemplo as minerações, garimpos, serrarias, fazendas agropecuárias, olarias, usinas de açúcar e pau-rosa, etc.

2.3. Primeiros contatos.

Dada a religiosidade natural de nosso povo, quando se formam os primeiros agrupamentos, surgem logo os convites para a visita dos sacerdotes e construção de capelas e escolas. Descobrem-se entre os colonos alguns de boa formação religiosa e capacidade de liderança, que estão sendo incentivados a cooperarem na formação de comunidades de base.

Alguns sacerdotes visitam periodicamente os operários das companhias e os emigrantes para que a nucleação se processe de acordo com a solidariedade cristã.

3. Programas:

3.1. Entrosamento entre os agentes de pastoral e as várias entidades locais.

3.2. Formação melhor dos nossos agentes de pastoral com linguagem apropriada.

3.3. Equipes volantes de formação e acompanhamento de elementos que conhecem as necessidades locais.

3.4. Reuniões freqüentes de dirigentes de equipe das várias prelazias, para intercâmbio de experiências.

3.5. Criação de pólos de irradiação evangélica que devem ser montados em pontos estratégicos.

3.6. Dê-se importância aos meios de comunicação social como o rádio e a imprensa que servem de ligação, formação e informação.

3.7. Providenciem-se os meios necessários para o funcionamento, manutenção e movimentação das equipes volantes e da montagem dos centros.

3.8. Providenciem-se recursos para estabelecimentos de centros de irradiação, abastecimento e de reciclagem das equipes.

3.9. Sejam montados projetos e programas em nível prelatício e encaminhados ao regional para o necessário apoio.

Serviços

1. Organização: Durante muitos anos os missionários da Amazônia estiveram completamente isolados em suas Prelazias, com poucas possibilidades de se encontrarem para permuta de experiências e reflexão em comum.

Acervo ISA

Quase todos, porém, iam aos poucos sentindo e vivendo as mesmas angústias e necessidades, que os levou, em comunhão com o resto do Episcopado brasileiro, a promover diversos encontros e a constituírem um Regional da CNBB, que mais tarde, em face das enormes distâncias, se desdobrou em Norte-1 com sede em Manaus e Norte-2, sediado em Belém. Participando todavia da mesma problemática e da mesma carência de recursos humanos e materiais, sentimos bem ao vivo a necessidade de coordenação e assessoria nos seguintes níveis:

a) *Nacional:* Pela atuação de uma Equipe que opere como *unidade nacional de serviço*, motivando a Atividade e Animação Missionária no Brasil inteiro, servindo de vínculo de união entre a Amazônia e as organizações internacionais, que se interessam em ajudar o trabalho da Igreja na nossa região e cooperando em projetos concretos.

b) *Inter-regional:* através de contatos assíduos entre os dois regionais nos planos:
— de Secretariados executivos;
— de meios de Comunicação social;
— de Instituto de Pastoral;
— de Pastoral indigenista;
— de Serviços em geral, através também da «Unidade Nacional de Serviços».

c) *Regional:* pela assessoria às arquidioceses e prelazias, de acordo com o que já está definido no regimento interno dos dois Regionais.

2. Instituto de Pastoral: A ninguém é dado desconhecer a importância fundamental e a urgência de institutos culturais, em âmbito regional ou prelatício, destinados à formação dos agentes pastorais — leigos, religiosos ou clérigos, para a Amazônia de hoje.

A eles compete desenvolver um esforço sério e sistemático de reflexão, pesquisa e documentação sobre a realidade sociológica e a situação do homem amazônida, indicando aos Pastores e a todos que participam da evangelização um roteiro seguro de atuação objetiva, oportuna e eficiente.

Nossos Institutos — tanto o que já funciona em Manaus (CENESC), como o que foi fundado em Belém (IPAR) — embora autônomos na procura de seus caminhos, devem projetar-se numa perspectiva de ação conjunta e paralela. Insistimos para que, desde agora, se estabeleça entre ambos um intercâmbio na linha da complementaridade e da troca de experiências e conclusões. Ressaltamos também a necessidade de contatos com outros Institutos ou equipes de reflexão que atuem em regiões de características semelhantes.

Por sua própria natureza e por suas finalidades os Institutos de Pastoral devem ter um relacionamento íntimo e freqüente com as Comissões episcopais regionais, num clima de sinceridade e cooperação.

3. Assessoria Técnica e Jurídica. A extensão territorial e diversificada da planície imensa, as dificuldades ainda grandes dos meios de comunicação com as duas metrópoles — Belém e Manaus — a carência de pessoal especializado e de informações exatas, colocam problemas para as Prelazias, no plano da observância da legislação, como por exemplo: registros de contabilidade, obrigações tributárias, elaboração de projetos, planejamento de obras, contatos com organizações governamentais ou autarquias, etc.

Julgamos de suma utilidade a constituição de um órgão de assessoria técnica e jurídica, que esteja habilitado a prestar assistência e orientação bem eficiente e prática a qualquer circunscrição eclesiástica.

Esta entidade poderia também articular melhor as atividades dos procuradores das Prelazias que ordinariamente residem nas grandes capitais, facilitando-lhes o trabalho, e entrosando-se com outros organismos já existentes como por exemplo: CERIS, SCAI, CÁRITAS, MEB, etc.

4. Meios de Comunicação Social: E' nossa preocupação fundamental a integração dos meios de comunicação social na pastoral orgânica da Amazônia, para a realização de suas linhas de ação.

Com este objetivo, cumpre-nos:

— Estruturar melhor os métodos de preparação e aproveitamento de elementos profissionais para a atuação nos meios de comunicação em geral, e nos que são mantidos pela Igreja em particular.

— Apoiar a montagem de um centro de produção, distribuição e aproveitamento de programas e de materiais adequados à cultura amazônica, estudando ofertas de laboratórios e organizações nacionais ou estrangeiras.

Enfatizamos por fim a necessidade de a Igreja estar presente nos meios de comunicação social, particularmente na televisão e na imprensa dos centros urbanos, e na rádio da zona rural, criando agências noticiosas que possam fornecer informações seguras e distribuir colaborações que traduzam o verdadeiro pensamento da Igreja.

Pedimos a todos os missionários que elaboram estudos etnográficos ou antropológicos, lingüísticos ou folclóricos, ou que os publicaram em idioma estrangeiro, que os encaminhem para o «Anthropos do Brasil» em Brasília, a fim de que possam ser convenientemente sintetizados, traduzidos ou divulgados.

Conclusão

Neste ano em que o nosso amado Brasil atinge um século e meio de autonomia nacional, sentimos, mais do que nunca, a obrigação cristã e patriótica de continuar a consolidar a independência do País, sob todos os aspectos.

Alguns de nós estarão presentes à concelebração que transformará a esplanada do Ipiranga em altar da Pátria, no dia 3 de setembro. Nesse mesmo dia, todos, irmanados, em um só pensamento, estaremos, em qualquer recanto da Amazônia, unidos a nosso povo celebrando fervorosa e entusiasticamente o Dia Nacional de Oração pelo Brasil, por um Brasil cada vez mais independente, cada vez mais livre, cada vez mais cristão.

Para a programação que elaboramos em cada prelazia ou em cada paróquia conclamamos e convidamos desde já o Povo da Amazônia que é também o Povo de Deus.

Encerramos nossos dias de fraternal convívio, em Santarém, à sombra do magnífico Seminário São Pio X, no término do mês de Maria e na véspera da Festa da Eucaristia. Mais uma vez, nossa Mãe Santíssima nos leva a Jesus. «Ad Iesum per Mariam».

Em mensagem que se dignou enviar ao povo brasileiro, em outono do ano passado, nosso Pontífice e Amigo Paulo VI colheu nos lábios de Maria o feliz preceito das bodas de Caná: «Fazei tudo o que ele vos disser» e perguntou «Que é que ele nos diz agora?» «Ele aponta para a Amazônia».

Já os nossos irmãos das Igrejas do Sul e do Centro, do Nordeste e do Leste começam a seguir esse gesto de Cristo, com os seus olhares, as

Acervo ISA

suas preces, os seus auxílios, os seus apóstolos.

Mas, se «Cristo aponta para a Amazônia», aponta também para nós que somos seus vigários humildes e seus instrumentos modestos.

Confiando na proteção de Maria que já, uma vez, proclamamos Padroeira e Rainha dos Missionários da Amazônia, esperamos que a mão de Cristo que aponta para nós, não nos censure as imperfeições ou infidelidades mas, ao contrário, nos anime e nos ampare, nos fortaleça e nos auxilie apontando-nos as melhores soluções para sermos dignos pastores no momento histórico que vivemos.

Santarém, 30 de maio de 1972.

Seguem-se as assinaturas.

Bispo condena torturas

Insistindo no documento «Testemunha da Paz» (cf. SEDOC, julho 1972), por ele mesmo assinado junto com os outros bispos do Regional Sul-1 (SP), Dom Aniger Melilo, bispo de Piracicaba, condena torturas infligidas a jovens toxicômanos da cidade. O documento é transcrito de «O Estado de São Paulo» de 9-7-1972.

Responsáveis pela presença eficaz da comunidade de salvação entre os homens — característica essencial da Igreja — devemos estar atentos às condições reais da condição humana, que facilitam ou impedem a comunhão fraterna entre os homens. Para tanto, cabe-nos orientar e contribuir para a correção de comportamentos e medidas que contrariam a lei fundamental do Evanlho, de amor e respeito a todos os homens: «*O que fizestes a um dos menores destes meus irmãos, a mim o fizestes*» (Mt 25,40).

E' verdade que estamos gravemente preocupados com a incidência calamitosa da praga social do tóxico, do álcool e de outros vícios que estão minando a paz da família e a saúde física, psíquica e moral da nossa juventude. No entanto, diante de denúncias públicas veiculadas pela imprensa de fatos que, a título de combate a tais vícios, estariam ocorrendo em nossa cidade e que atentam violentamente contra a incolumidade física e a dignidade da pessoa humana, sentimo-nos no dever de relembrar o quanto declararam os bispos do Estado de São Paulo, reunidos em assembléia no dia 8 de junho p. p., em Brodosqui:

— Colocado perante uma situação de iniqüidade, João Batista ergueu a voz para dizer com coragem profética: *Não te é lícito* (Mc 6,18). Falharíamos a um imperativo de consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, diante de alguns fatos de hoje.

— Não é lícito efetuar prisões da forma como freqüentemente estão sendo feitas entre nós; sem identificação da autoridade coatora, nem dos agentes que a executam; sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal. Muitas dessas detenções tomam o aspecto de verdadeiro seqüestro. Ora, a lei que nos rege, emanada do próprio movimento revolucionário de março de 1964, claramente determina que *ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente* — Constituição de 1969, artigo 153, 1.

pessoas suspeitas, com o fim de obter confissões, revelações ou delegações de outros métodos de tortura física, psíquica ou moral... Está isto em frontal desacordo com a Constituição que taxativamente diz que *se impõe a todas as autoridades a integridade do detento e do presidiário* — artigo 153, 14.0.

— Não é lícito privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la perante ameaças, nem prejulgar o acusado como réu, antes de julgado... Artigo 153, 15.

— ... Acreditamos que as mais altas autoridades do País, neste momento histórico da Pátria, estão imbuídas de sinceros propósitos para levar a feliz termo a obra de paz, na verdade e na justiça. Impõe-se, porém, que os responsáveis pela ordem social em nosso País reflitam, com maior insistência, sobre os fatos e atitudes que aqui denunciamos, para não se verem, de algum modo, incriminados pelas misérias morais que atualmente se verificam. *Ai daqueles que... denegam a justiça àquele que tem o direito a seu lado* (Is 5,23).

Aplaudindo as primeiras providências tomadas pelo MM. Juiz-corregedor da comarca, e aguardando os efetivos resultados da sindicância em andamento, desejamos manifestar os votos de que volte a reinar a paz e a segurança no meio de nossos fiéis, num clima de verdadeiro espírito evangélico.

A Igreja a serviço do Índio

Em Brasília, de 21 a 24 de maio passado, a CNBB promoveu um Simpósio no qual especialistas e antropólogos debateram com cerca de 20 missionários a Pastoral indígena entre nós. Publicamos o relatório final apresentado à Comissão episcopal de Pastoral e à Presidência da CNBB por D. Alberto Gaudêncio Ramos, arcebispo de Belém (PA) e responsável pela Pastoral na Amazônia. Documento oficial P7 D, n. 36/72.

Sempre a Igreja demonstrou particular empenho na promoção humana dos aborígenes e interesse especial em sua evangelização.

Já em 1537, na bula «Veritas Ipsa» contradizendo os conquistadores que desejavam escravizar os autóctones, sob pretexto de serem simples animais, o Papa Paulo III declarou solenemente que «os índios eram verdadeiros homens».

No decorrer das tempos, mudam as situações, desenvolvem-se os conhecimentos, e novos métodos devem ser adotados no trato com os indígenas.

Por isso, a CNBB promoveu, em Brasília, mais um Simpósio a que compareceram principalmente especialistas em assuntos indígenas e missionários de longa vivência na habitat das florestas.

Aproveitou-se para início dos estudos o excepcional acontecimento da inauguração do *Anthropos do Brasil*, entidade científica que a Sociedade do Verbo Divino ampliou e colocou a serviço de toda a Igreja.

Depois de uma revisão de princípios básicos de fundamentação teológica, antropológica e pastoral, o Simpósio resolveu elaborar um Diretório Indígena, aproveitando em grande parte o trabalho já elaborado pela Missão Anchieta da Prelazia de Diamantino no Mato Grosso.

Acervo ISA

Diante do fenômeno da integração nacional, precisou a diferença entre aculturação e assimilação, recomendando uma gradação que respeita a cultura tribal e prestigia o índio, promovendo-o sem etnocentrismo nem paternalismo. Considerou deficiente e desaconselhável o sistema de internato que tira aos jovens a oportunidade de iniciar-se nas técnicas e tradições tribais, necessárias à sua vida de adultos.

Quanto à catequese, ninguém afirmou que ela é inútil ou desnecessária mas que deve ser feita por etapas, respeitando as diversas culturas dos grupos tribais, ajudando-os a evoluir de acordo com as suas características próprias. A catequese não deve proceder como quem corta mas como quem enxerta; não como quem substitui, mas como quem acrescenta.

Bispos e missionários procuraram também tomar conhecimento do projeto do Estatuto do Índio, que está tramitando no Congresso Nacional, reconhecendo algumas conquistas positivas ali pleiteadas, porém assinalando outros pontos perigosos que poderão, se aprovados, redundar em grave prejuízo à conservação dos grupos tribais ou anestesiando completamente a atividade das missões religiosas. Preocupação bem viva de todo o plenário constituiu o problema da preservação das terras indígenas, ameaçadas por tantas invasões, uma vez que, acantonadas em terras muito limitadas, as tribos perdem toda sua vitalidade e se desagregam rapidamente.

Decisão das mais válidas foi a que veio corresponder a antigo anseio, a constituição de um *Conselho Indigenista Missionário*, que possa se inserir na organização da CNBB.

Para o constituírem foram eleitos:
Padre Ângelo Venturelli, S.D.B. (presidente)
Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás
Pe. José Vicente César, S.V.D.
Pe. Adalberto Holanda Pereira, S.J.
Pe. Tomás de Aquino Lisboa, S.J.
Pe. Casimiro Becksta, S.D.B.
e Irmã Sílvia Wering, S.Sp.S. de Tocantínia.

Esse Conselho funcionará em Brasília, como representante das missões em assuntos jurídicos e relacionamento com a FUNAI e outros órgãos governamentais, religiosos ou científicos e velará pela formação dos novos missionários e pela preservação do patrimônio cultural indígena.

Também foi deliberado prestigiar o «Anthropos do Brasil», para que ele seja dotado de todos os recursos em ordem a desenvolver suas pesquisas etnográficas e lingüísticas e publicar seus trabalhos científicos.

O Simpósio foi promovido pelo Departamento da Pastoral da Amazônia da CNBB, e contou com a presença de Dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral, Dom Alberto Ramos, arcebispo de Belém do Pará e representante da Amazônia na Comissão Episcopal de Pastoral, com seus assessores Padre João Mometti e Irmã Maria Helena Pinto Corrêa e Pe. Fernando Melo, Diretor do SCAI.

A Sociedade do Verbo Divino, mantenedora do «Instituto Anthropos», esteve representada pelo Padre Provincial Pedro Holz, por Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, e pelo Padre Dr. José Vicente César, diretor.

Do campo missionário indígena vieram:

Dom Eurico Krautler, prelado do Xingu, D. Estêvão Cardoso de Avelar, de Marabá, D. Pedro Casaldáliga, de S. Félix do Araguaia, D. Luiz Gomes de Arruda, de Guajará-Mirim e D. Henrique Froelisch, de Diamantino, Padre Casimiro Becksta e Padre João Dalla Valle, do Rio Negro, Frei Angélico Mielert, dos Tirió, Frei Ervano Reichert, dos Mundurucus do Tapajós, Padre Adalberto Holanda Pereira, Egídio Schwade e Padre Tomás de Aquino Lisboa, Jesuítas da Missão Anchieta, Padre Juliano Moretti, de Tocantinópolis, Padre Ângelo Venturelli e Mário Otorino Ponziero, Salesianos de Mato Grosso, as Irmãs Dalva e Mayette dos Tapirapés, e Irmã Sílvia, de Tocantínia.

Também participou, como observador, o Padre Vendelino Lorscheiter, irmão de Dom Ivo, missionário no Japão.

Brasília, 25 de abril de 1972.

† Dom Alberto Gaudêncio Ramos,
Arcebispo de Belém, Pará.